Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-18, 2026 ISSN: 2237-0315

Práticas Pedagógicas e Metas Educacionais: Construindo um Ensino de Excelência

Pedagogical Practices and Educational Goals: Building an Excellent Education

Marilene da Silva Moura
José Lauro Martins
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas/TO-Brasil

Resumo
Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado Coordenação Pedagógica: uma luz para a qualidade do ensino, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins. O estudo analisa a relação entre cultura escolar, legislação educacional e práticas pedagógicas, com foco no papel da coordenação pedagógica na promoção da qualidade do ensino. Trata-se de pesquisa documental qualitativa baseada na análise de 51 atas de reuniões pedagógicas (2019–2023) de uma escola pública municipal de ensino fundamental I em Araguaína/TO. A técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) identificou cinco categorias: atribuições extrapedagógicas, comunicação e colaboração, plano de ação, metas educacionais e reflexão/melhoria contínua. Os resultados evidenciam a coordenação pedagógica como elemento estratégico para articular documentos institucionais às práticas cotidianas. Conclui-se que a qualidade da educação é multidimensional, integrando indicadores quantitativos e qualitativos, valorização docente e participação da comunidade escolar.
Palavras-chave: Qualidade da Educação; Práticas Pedagógicas; Formação de Professores.

Abstract
This article is a section of the master's dissertation Pedagogical Coordination: a light for the quality of education, developed in the Graduate Program in Science and Health Education at the Federal University of Tocantins. The study examines the relationship between school culture, educational legislation, and pedagogical practices, focusing on the role of pedagogical coordination in promoting educational quality. It is a qualitative documentary research based on the analysis of 51 minutes of pedagogical meetings (2019–2023) from a public municipal elementary school in Araguaína/TO. Bardin's (2011) content analysis technique identified five categories: extra-pedagogical assignments, communication and collaboration, action plan, educational goals, and reflection/continuous improvement. The results highlight pedagogical coordination as a strategic element for articulating institutional documents with everyday practices, fostering collaborative and inclusive environments. It concludes that educational quality is multidimensional, integrating quantitative and qualitative indicators, teacher appreciation, and community participation.
Keywords: Education Quality; Pedagogical Practices; Teacher Training.

Introdução

A qualidade do ensino é um conceito multidimensional e complexo, que envolve diversos fatores relacionados aos insumos, processos e resultados educacionais. Trata-se de uma construção social e histórica, influenciada por aspectos políticos, econômicos, culturais e pedagógicos, que deve ser compreendida dentro de um determinado contexto. Os autores Rocha, Soares e Sanabio (2016, p.5) afirmam que:

> A essência da cultura de uma escola é expressa pela maneira como ela promove o processo de ensino-aprendizagem, a maneira como ela trata seus alunos, o grau de autonomia ou liberdade que existe em suas unidades e o grau de lealdade expresso por todos em relação à escola e à educação.

Essa definição destaca que a cultura escolar reflete a forma como a instituição promove o ensino-aprendizagem, cuida de seus alunos e exerce a autonomia, além do nível de lealdade demonstrado por todos os envolvidos. A cultura organizacional, que abrange as percepções de gestores, professores e funcionários, influencia diretamente as práticas pedagógicas e administrativas. Uma cultura positiva, que valoriza o respeito e a colaboração, fomenta um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos. Em contrapartida, uma cultura marcada por hierarquias rígidas ou pela falta de valorização pode comprometer a motivação dos alunos e a eficácia do ensino, evidenciando a importância de cultivar uma cultura escolar saudável para o sucesso educacional.

A legislação brasileira também reconhece a importância dos aspectos qualitativos na garantia do direito à educação. A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos princípios do ensino no país é assegurar um padrão de qualidade (inciso VII, art. 206) e determina que a União deve promover a equalização de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade (art. 211, parágrafo 1º), além de estabelecer a vinculação de recursos por esfera administrativa para alcançar esses objetivos (art. 212).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça essa responsabilidade do Estado, afirmando que o direito à educação deve ser concretizado por meio da garantia de "padrões mínimos de qualidade de ensino" (inciso IX, art. 4º). Ademais, a LDB determina que a União, em colaboração com os entes federados, deve definir um padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado em um custo-aluno que assegure um ensino de qualidade.

Este marco legal é essencial para garantir que a educação seja acessível e de qualidade para todos os cidadãos, orientando as práticas educacionais em diversos níveis, desde a educação infantil até o ensino superior. A LDB (1996) enfatiza a importância de uma formação integral, que contemple não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional dos alunos. Saviani (2019) descreve a LDB como um documento fundamental que estabelece diretrizes para a organização da educação no Brasil, refletindo as demandas sociais e as necessidades de formação de uma sociedade em transformação.

Em relação à coordenação pedagógica, esta deve assegurar que as práticas educativas estejam alinhadas com a LDB, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. Além disso, é responsável por disseminar os princípios da LDB entre os educadores, garantindo sua efetividade na sala de aula. O artigo 12 da LDB estabelece que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns, têm a incumbência de:

> I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
> II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
> III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
> IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
> V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
> VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
> VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (Brasil, 1996, p. 5-6).

Portanto, esses artigos constituem uma base robusta para a educação no Brasil. No entanto, para que sua implementação seja realmente eficaz, é primordial que haja um compromisso com a valorização dos profissionais da educação, além do fortalecimento das relações entre escolas, famílias e comunidades. Essa interação é necessária para promover uma educação de qualidade e equitativa, que reflita a diversidade e as necessidades específicas de cada região do país. É por meio dessa colaboração que será possível construir um sistema educacional mais inclusivo e eficaz, capaz de atender aos desafios contemporâneos e garantir o direito à educação para todos.

Este artigo tem como objetivo explorar a relação entre a cultura escolar, a legislação educacional e as práticas pedagógicas, utilizando uma abordagem qualitativa baseada em um estudo documental realizado em atas de reuniões de uma instituição da rede municipal de ensino em Araguaína, Tocantins. Para a análise, foi empregada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que permitiu compreender como esses elementos interagem para promover uma educação de qualidade. Além disso, o estudo ressalta a necessidade de um

compromisso com a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das relações entre escolas, famílias e comunidades.

Cultura Escolar e Suas Implicações

A cultura organizacional de uma escola é um fator determinante na qualidade do ensino. Ela abrange as percepções e atitudes de gestores, professores e alunos, influenciando diretamente as práticas pedagógicas. Rocha, Soares e Sanabio (2016) destacam que a essência da cultura escolar está na forma como a instituição promove o aprendizado. Pesquisas recentes de Silva (2020) e Hargreaves & Fullan (2020), reforçam que ambientes colaborativos e lideranças pedagógicas fortalecem a inovação e a motivação docente. Uma cultura escolar positiva, que valoriza o respeito e a colaboração, cria um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos. Por outro lado, uma cultura marcada por hierarquias rígidas e falta de valorização pode comprometer a motivação dos alunos e a eficácia do ensino. Assim, cultivar uma cultura escolar saudável é essencial para o sucesso educacional.

A legislação educacional brasileira, especialmente a Constituição Federal (1988) e a LDB (1996), estabelece diretrizes claras para garantir um padrão mínimo de qualidade no ensino. A Constituição de 1988 afirma que um dos princípios do ensino é assegurar um padrão de qualidade, enquanto a LDB reforça a responsabilidade do Estado em concretizar esse direito. A LDB também define que o direito à educação deve ser garantido por meio de "padrões mínimos de qualidade de ensino", exigindo a articulação entre diferentes esferas de governo para alcançar esses objetivos.

A coordenação pedagógica desempenha um papel crucial na implementação das diretrizes da LDB. Ela deve assegurar que as práticas educativas estejam alinhadas com os princípios estabelecidos, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. A autonomia das instituições permite que as escolas adaptem seus currículos às realidades locais, atendendo às especificidades de cada comunidade. Essa flexibilidade é fundamental para a eficácia das práticas pedagógicas.

A avaliação da qualidade do ensino deve incluir tanto indicadores quantitativos quanto qualitativos. O desempenho acadêmico dos alunos, as taxas de aprovação e a satisfação da comunidade escolar são indicadores essenciais. Contudo, a avaliação não deve se restringir a números, deve considerar a relevância dos conteúdos, a diversidade das práticas pedagógicas e o desenvolvimento integral dos estudantes. Um processo de avaliação contínuo e

sistemático, que envolva a participação de diversos atores da comunidade escolar, é crucial para identificar potencialidades e fragilidades no sistema educacional.

Os desafios enfrentados nas escolas são complexos e vão além das competências individuais dos educadores. Fatores estruturais, como a falta de recursos e a desvalorização profissional, impactam diretamente a qualidade do ensino. Investir na formação continuada dos professores e repensar as políticas educacionais é imprescindível para promover uma educação mais justa e eficiente.

Os documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, são fundamentais para orientar as práticas de coordenação pedagógica. Eles devem ser elaborados de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar, para garantir que atendam às necessidades e expectativas de todos os envolvidos. O PPP, por exemplo, deve refletir a identidade da escola e promover a articulação entre teoria e prática, assegurando que as propostas pedagógicas estejam fundamentadas em princípios educacionais sólidos.

Dentro desse contexto, ao reconhecer e apoiar os educadores, investindo em sua formação e nas condições de trabalho, as escolas podem criar um ambiente mais propício ao aprendizado. Simultaneamente, a integração entre a valorização dos profissionais da educação e o desempenho acadêmico dos estudantes se torna imprescindível para o avanço da qualidade educacional. As avaliações oferecem um panorama sobre o que está funcionando e o que precisa ser ajustado, permitindo que as instituições desenvolvam intervenções direcionadas para suprir lacunas no aprendizado. De acordo com Guzzo (2007, p. 19):

> Uma sociedade alternativa que valorize as ideias do bem comum, o interesse público, os direitos universais, a gratuidade; que responda às aspirações da humanidade a uma nova forma de vida, livre, igualitária, democrática e solidária pode ser construída por diferentes formas, entre elas, a presença revolucionária do processo educativo libertador e não domesticador.

Assim, essa sinergia entre a valorização dos educadores e a análise dos resultados acadêmicos fortalece a gestão escolar e contribui para garantir que a educação seja verdadeiramente inclusiva e capaz de atender às demandas de todos os alunos, refletindo a diversidade e as especificidades de cada comunidade. O desempenho acadêmico dos estudantes é um dos principais indicadores da qualidade do ensino, mensurado por meio de avaliações internas e externas, que buscam aferir o domínio de habilidades e competências

essenciais em diferentes áreas do conhecimento. Esses resultados servem para identificar as lacunas de aprendizagem e implementar estratégias de melhoria.

Outro importante indicador é a taxa de aprovação, que reflete a capacidade da instituição de ensino em promover a progressão dos alunos em seus estudos, minimizando a evasão e a retenção escolar. Taxas elevadas de aprovação são indícios de práticas pedagógicas eficazes e de um ambiente escolar acolhedor e propício à aprendizagem. Além disso, a qualidade do ensino também pode ser avaliada pela satisfação da comunidade escolar, principalmente de pais/responsáveis e alunos, com os serviços educacionais oferecidos. Pesquisas de opinião e canais de participação e feedback são ferramentas importantes para aferir o grau de satisfação e as percepções sobre a qualidade do ensino.

No entanto, é importante ressaltar que a avaliação da qualidade do ensino não deve se limitar a indicadores quantitativos, mas deve considerar também aspectos qualitativos, como a relevância dos conteúdos ministrados, a diversidade de práticas pedagógicas utilizadas e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, a avaliação da qualidade do ensino deve ser um processo contínuo e sistemático, que envolva a participação de diversos atores da comunidade escolar, a fim de identificar as potencialidades e fragilidades do sistema educacional e implementar ações voltadas à melhoria contínua.

Um dos principais aspectos da qualidade do ensino é a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Isso envolve o alcance de resultados satisfatórios de aprendizagem pelos estudantes de modo que eles desenvolvam as competências e habilidades essenciais previstas nos currículos escolares. Mais do que a simples aquisição de conhecimentos, a qualidade do ensino pressupõe uma formação integral do aluno capaz de prepará-lo para enfrentar os desafios da vida em sociedade.

Segundo Demo (1992, p. 8), o educador assume um papel crucial porque é o signo fundamental da qualidade educativa. Nesse sentido, a utilização de estratégias didáticas inovadoras, como a integração de tecnologias digitais ao processo de ensino, desempenha um papel fundamental, pois favorece a motivação, o engajamento e a construção de aprendizagens significativas pelos estudantes.

Outro aspecto crucial é a relevância e a pertinência do currículo escolar. Um ensino de qualidade requer que o currículo esteja alinhado com as necessidades e demandas da sociedade contemporânea, promovendo uma formação contextualizada e significativa para os alunos. Isso envolve a articulação entre os conteúdos curriculares e a realidade vivenciada

pelos estudantes, de modo a potencializar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Além disso, a qualificação e o desenvolvimento profissional docente também são fundamentais para a qualidade do ensino, uma vez que professores bem formados, atualizados e com domínio de conhecimentos e habilidades pedagógicas efetivas são capazes de proporcionar experiências de aprendizagem de excelência. De acordo com Patto (1997, p. 45):

> Não se pode também responsabilizar os professores pelas mazelas da escola pública fundamental, uma vez que eles também são produto de uma formação insuficiente, porta-vozes da visão de mundo de classe hegemônica e vítimas de desvalorização profissional e de uma política educacional burocrática, tecnicista e de fachada.

Nesta perspectiva, o autor evidencia que os desafios enfrentados nas escolas vão além das competências individuais dos educadores, sendo influenciados por fatores estruturais que comprometem a qualidade do ensino. Portanto, investir na formação continuada dos professores e repensar as políticas educacionais, valorizando a experiência e a voz dos educadores, é uma questão imprescindível, para que se contribua efetivamente na transformação da realidade escolar e se promova uma educação mais justa e eficiente.

A infraestrutura, os recursos e os ambientes de aprendizagem também desempenham um papel crucial para a qualidade do ensino. A adequação e a disponibilidade de instalações, equipamentos e materiais educacionais, bem como a criação de espaços físicos e virtuais que fomentem a aprendizagem, são essenciais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Pereira e Teixeira (2003) afirmam que a qualidade revela-se não apenas em dispositivos que tratam de aspectos conceituais, como também em muitos daqueles que envolvem mudanças estruturais. Uma gestão e lideranças eficazes que promovem um clima organizacional colaborativo e motivador também contribuem significativamente para a oferta de uma educação de qualidade.

Portanto, a qualidade do ensino é um conceito multifacetado, que requer a análise de múltiplos indicadores, abrangendo aspectos como desempenho acadêmico, fluxo escolar, satisfação da comunidade, infraestrutura e formação docente. Somente mediante uma avaliação abrangente e contextualizada será possível implementar políticas e práticas eficazes para a promoção de uma educação de excelência.

Práticas Pedagógicas e Metas Educacionais: Construindo um Ensino de Excelência

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica no Brasil. Implementada em 2017, que tem como objetivo garantir uma formação mais equitativa e de qualidade, independentemente da localidade da escola.

A BNCC define competências gerais que orientam o currículo das escolas, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado. Gatti (2018) afirma que a BNCC traz desafios significativos para a formação de professores, requerendo que os educadores estejam preparados para as novas diretrizes. Essas competências contemplam aspectos diversos, como a formação integral do aluno, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a valorização da diversidade cultural.

Além disso, a BNCC (2018) propõe uma organização curricular flexível, permitindo que as escolas adaptem o conteúdo às especificidades de sua realidade. Essa flexibilidade é pautada na diversidade cultural e social do Brasil, possibilitando que cada instituição desenvolva suas próprias propostas pedagógicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece as metas e diretrizes para a educação no Brasil por um período de dez anos. Aprovado em 2014, tem como objetivo promover a melhoria da qualidade educacional, ampliando o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Esse plano é fundamental para orientar as políticas educacionais em nível nacional.

O PNE apresenta 20 metas que abrangem diferentes aspectos da educação, incluindo a formação de professores, a infraestrutura das escolas e a inclusão educacional. O PNE representa um esforço conjunto para garantir a educação como um direito de todos. (Saviani, 2019).

A implementação do PNE requer a articulação entre diferentes esferas de governo, desde o federal até o municipal. Essa colaboração é vital para que as metas sejam alcançadas de forma eficaz e abrangente. Além disso, o PNE serve como um guia para os estados e municípios, orientando a elaboração de seus próprios planos educacionais.

A coordenação pedagógica desempenha um papel importante na execução do PNE nas escolas. Essa área deve monitorar o cumprimento das metas estabelecidas, promovendo ações que visem à melhoria da qualidade do ensino. A coordenação também é responsável por capacitar os educadores, assegurando que estejam preparados para atender às demandas do PNE.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa a identidade da escola e suas propostas educativas. Ele reflete a visão, missão e valores da instituição, além de detalhar as metodologias de ensino e as estratégias de avaliação. Gandin (2018) argumenta que o PPP deve ser um instrumento que reflita a realidade e as necessidades da comunidade escolar. O documento deve ser elaborado de forma coletiva, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, como professores, alunos, pais e gestores. Essa participação é de extrema importância para a construção de um projeto que atenda às reais necessidades da escola. Prática que pesquisas recentes de Pereira, 2021, confirmam como essencial para garantir legitimidade e inovação pedagógica.

Um dos principais objetivos do PPP é promover a articulação entre teoria e prática, assegurando que as propostas pedagógicas estejam fundamentadas em princípios educacionais sólidos. O PPP também é um instrumento de planejamento que orienta as ações da coordenação pedagógica. Ele deve ser constantemente revisado e atualizado, refletindo as mudanças no contexto educacional e nas demandas da sociedade. A coordenação pedagógica é responsável por garantir que as práticas educativas estejam alinhadas com o que foi estabelecido no PPP.

Além disso, o PPP serve como um guia para a formação contínua dos professores, promovendo a reflexão sobre as práticas pedagógicas e incentivando a inovação. Ao estabelecer diretrizes claras, o PPP contribui para a construção de um ambiente educacional mais colaborativo e dinâmico.

O Regimento Escolar é um documento normativo que estabelece as regras e normas que regulamentam o funcionamento da escola. Ele define direitos e deveres de alunos, professores e funcionários, além de estabelecer procedimentos administrativos e pedagógicos. O Regimento é fundamental para garantir a organização e a disciplina no ambiente escolar. Assim como o PPP, esse documento deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar, para que reflita as necessidades e expectativas da escola.

A coordenação pedagógica por sua vez, deve garantir que as normas sejam seguidas, promovendo um ambiente de respeito e disciplina. Ela também é responsável por orientar os professores e alunos sobre as regras estabelecidas, assegurando que todos estejam cientes de suas responsabilidades.

A Proposta Curricular por sua vez detalha como o currículo será implementado na escola, incluindo conteúdos, metodologias e formas de avaliação. Esse documento serve para garantir que o ensino seja coerente com as diretrizes estabelecidas pela BNCC e pelo PPP. Pereira (2020) enfatiza a importância da colaboração na construção de propostas curriculares, envolvendo a participação de educadores e da comunidade escolar.

Uma das principais funções da Proposta Curricular é assegurar que todos os alunos tenham acesso a um aprendizado significativo e contextualizado. Isso significa que os conteúdos devem ser relevantes para a realidade dos estudantes, promovendo a conexão entre teoria e prática. A Proposta Curricular deve também deve considerar as diversidades culturais e sociais dos alunos, adaptando as abordagens pedagógicas conforme necessário.

Além disso, a Proposta Curricular deve incluir estratégias de avaliação que permitam medir o progresso dos alunos de forma justa e eficaz. A coordenação deve monitorar e avaliar a efetividade de suas ações, realizando ajustes conforme necessário.

As metas educacionais são objetivos fundamentais que orientam o planejamento e a gestão no ambiente escolar, com o intuito de aprimorar a eficácia do ensino e promover o desenvolvimento dos alunos. Elas incluem diretrizes que abrangem subcategorias como avaliação externa e avaliação de desempenho, essenciais para analisar o progresso dos alunos e ajustar as práticas pedagógicas. Além disso, essas metas são cruciais para fomentar a aquisição de conhecimento, o desenvolvimento de habilidades práticas e a formação de atitudes positivas, preparando os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Assim, as metas educacionais não apenas orientam o progresso das instituições, mas também fortalecem o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo.

A avaliação externa, por exemplo, fornece dados comparativos sobre o desempenho de escolas e alunos em níveis regional e nacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas e garantindo transparência no sistema educacional. Por outro lado, a avaliação de desempenho monitora o progresso dos alunos ao longo do tempo, permitindo que educadores identifiquem dificuldades de aprendizagem e ajustem suas abordagens pedagógicas. Juntas, essas subcategorias são essenciais para a análise do desempenho estudantil, possibilitando que a coordenação pedagógica, em parceria com os professores, elabore e implemente estratégias que promovam o redirecionamento de atividades pedagógicas e a melhoria contínua. De acordo com Luckesi (2005, p. 115):

> "[...] A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planificada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção".

Nesta perspectiva, o autor enfatiza, que a avaliação deve ser contínua e formativa. Gatti (2018) acrescenta que a BNCC trouxe novos desafios para a formação docente, exigindo práticas avaliativas contextualizadas. Pereira (2021) reforça que avaliações externas, como o IDEB, devem ser interpretadas em conjunto com indicadores qualitativos, como a satisfação da comunidade escolar. A avaliação informa decisões políticas e sociais e auxilia na escolha de métodos adequados, sugerindo que deve ser um processo contínuo e reflexivo que permita ajustes ao longo do caminho.

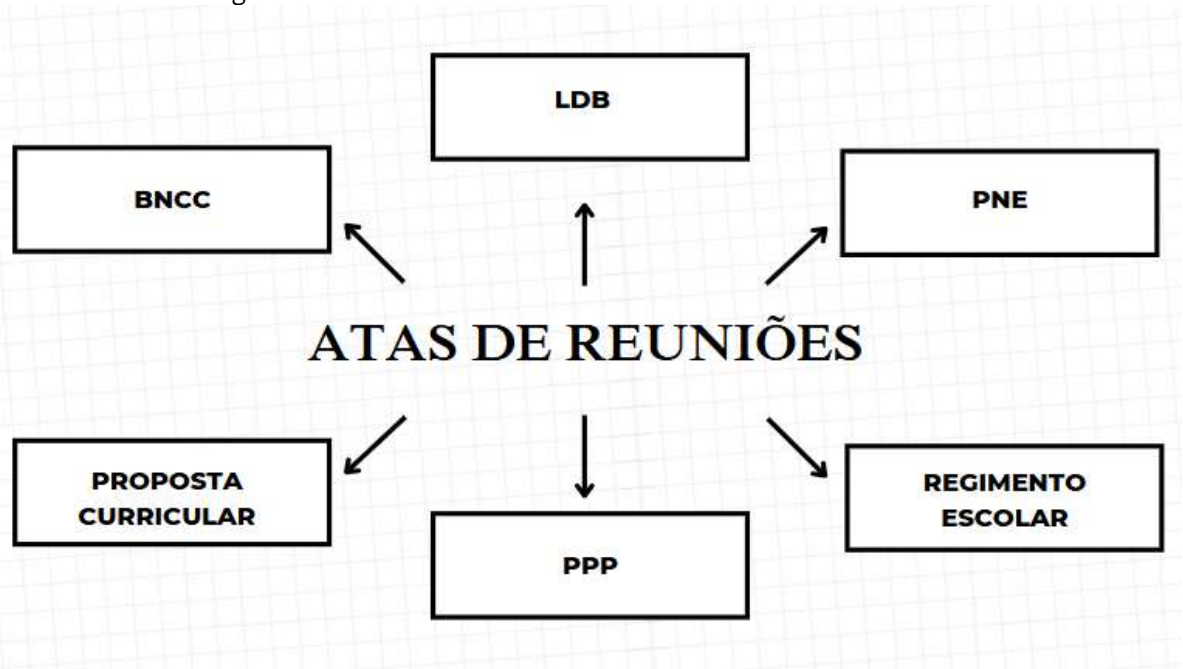
As informações geradas pelas avaliações externas devem estar interligadas à avaliação institucional da escola. Nossa análise crítica não se baseia na rejeição da avaliação externa, mas sim em suas finalidades e na forma como são utilizadas. Reconhecemos que essas avaliações podem ser valiosas para o monitoramento das políticas públicas e seus resultados. No entanto, aquelas avaliações que têm como objetivo posicionar, agrupar, recompensar ou penalizar, não se alinham à nossa abordagem, que busca identificar a qualidade do sistema público de educação.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, indutiva e exploratória, fundamentada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O objetivo foi compreender como a cultura escolar, a legislação educacional e as práticas pedagógicas se articulam para promover a qualidade do ensino em uma instituição da rede municipal de Araguaína/TO.

O corpus da pesquisa foi constituído por 51 atas de reuniões pedagógicas realizadas entre os anos de 2019 e 2023 em uma escola pública municipal de ensino fundamental I. A escolha da instituição se deu pela autorização da gestão escolar e pela relevância das atas como registros oficiais das práticas e decisões pedagógicas.

Os documentos institucionais indicados nas atas de reuniões desempenham papel fundamental na definição e na orientação das práticas de coordenação pedagógica nas escolas. Esses documentos formam uma base sólida e garantem que as ações estejam alinhadas com as diretrizes legais e educacionais, visando alcançar uma educação de qualidade.

Figura 1: Documentos Institucionais Indicados nas Atas de Reuniões



Fonte: Elaboração própria (2024)

Os critérios de seleção dos documentos foram incluídas todas as atas que continham registros relacionados à coordenação pedagógica, práticas de ensino, avaliação institucional e metas educacionais. Documentos administrativos sem relação direta com o processo pedagógico foram excluídos.

A análise desses documentos seguiu três etapas principais: a pré-análise: leitura flutuante das atas, organização do material e definição das unidades de registro; A exploração do material: categorização dos dados em eixos temáticos, considerando recorrências e relevância dos conteúdos e o tratamento e interpretação desses documentos: articulação dos achados com o referencial teórico e com os documentos institucionais (LDB, BNCC, PNE, PPP, Regimento Escolar e Proposta Curricular).

A partir da codificação, foram construídas cinco categorias principais:

- Atribuições extrapedagógicas;
- Comunicação e colaboração;
- Plano de ação;
- Metas educacionais;
- Reflexão e melhoria contínua.

Essas categorias permitiram identificar padrões de atuação da coordenação pedagógica e sua influência na qualidade do ensino. Para assegurar a validade e confiabilidade da análise, foi realizada triangulação de dados, dos documentos institucionais e da literatura

especializada. As categorias foram discutidas com base em autores clássicos e contemporâneos da área, garantindo consistência teórica.

O processo analítico buscou evitar descrições superficiais, privilegiando interpretações críticas que relacionam os achados empíricos às políticas educacionais e à cultura escolar.

Na categoria: Atribuições Extrapedagógicas as atas mostram que a coordenação pedagógica frequentemente assume funções administrativas e burocráticas, como organização de eventos e gestão de recursos. Embora necessárias, tais atribuições podem reduzir o tempo dedicado ao acompanhamento pedagógico. Esse achado confirma a crítica de Patto (1997), ao destacar que a sobrecarga estrutural compromete a atuação docente e a qualidade do ensino. Assim, emerge a necessidade de políticas que delimitam claramente o papel pedagógico da coordenação.

Na Comunicação e Colaboração os registros evidenciam esforços da coordenação em promover reuniões coletivas e canais de diálogo entre professores e famílias. Esse movimento está alinhado ao que Pimenta e Lima (2012) defendem como pilar da melhoria contínua: a colaboração entre educadores. A prática reforça a perspectiva de Libâneo (2013), que associa qualidade educacional ao alinhamento entre escola e comunidade.

Na categoria: Plano de Ação as atas revelam que, a elaboração de planos de ação voltados para recuperação de aprendizagem e enfrentamento das perdas pós-pandemia. Um exemplo foi a preocupação com os índices do IDEB, cuja projeção era de 6,7, mas o resultado alcançado foi 6,0. Esse dado empírico mostra a distância entre metas e resultados, exigindo reflexão crítica sobre estratégias pedagógicas. Aqui, a articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE) é evidente, pois as metas nacionais demandam monitoramento constante e ajustes locais.

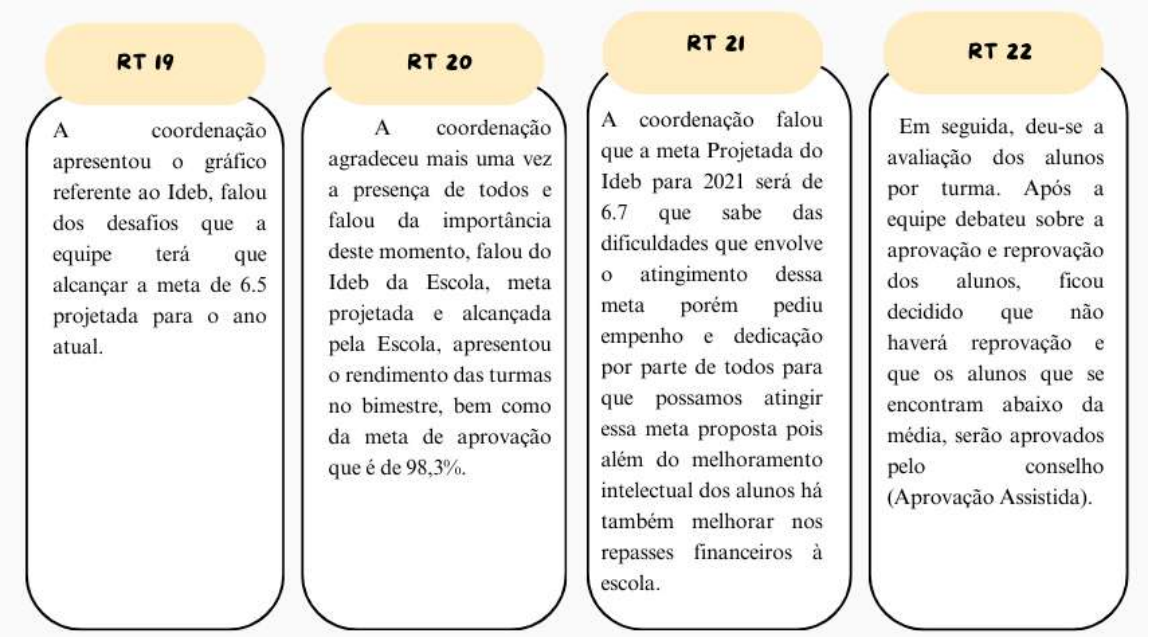
Nas Metas Educacionais a definição de metas aparece como prática recorrente, especialmente vinculada à avaliação externa e ao desempenho dos alunos. Contudo, as atas também revelam preocupação em não reduzir a qualidade da educação a números, mas em integrar indicadores qualitativos, como satisfação da comunidade escolar. Essa postura dialoga com Luckesi (2005), que defende a avaliação como processo contínuo e reflexivo, e não apenas como verificação de resultados.

Por fim, a categoria: Reflexão e Melhoria Contínua destaca que, a presença de momentos de reflexão coletiva nas atas indica que a coordenação pedagógica busca

promover ajustes constantes nas práticas. Essa dimensão conecta-se ao conceito de aprendizagem contínua (Libâneo, 2012) e à perspectiva freireana de que não existe prática neutra, mas sempre orientada por uma ideia de transformação social. A análise mostra que a coordenação não apenas executa tarefas, mas também fomenta um ambiente de inovação e crítica.

A seguir estão alguns trechos textuais extraídos das atas e selecionados para o estudo.

Figura 2 - Recortes teóricos Metas Educacionais



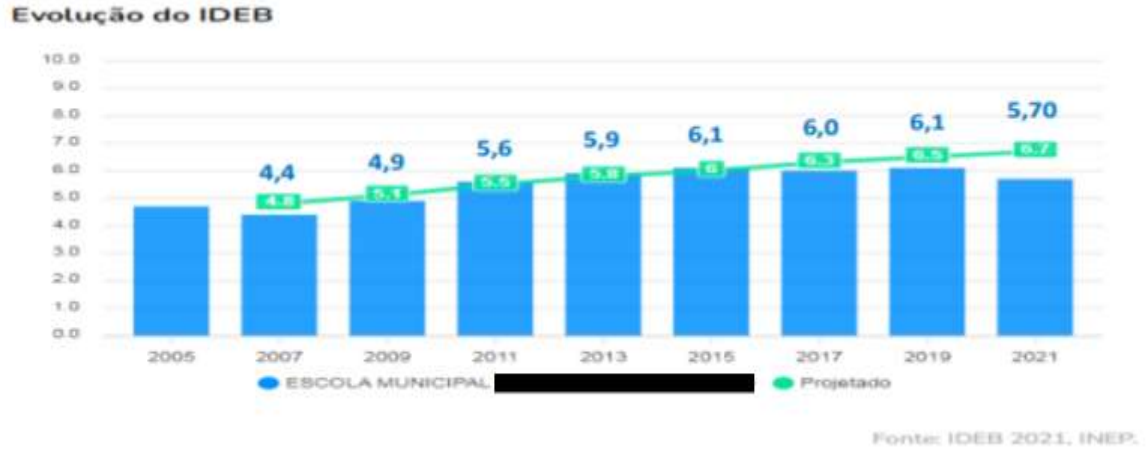
Fonte: Elaboração própria. Trechos extraídos das atas (2024).

De acordo com os recortes teóricos apresentados do estudo, fica evidente que a equipe sempre esteve preocupada com as projeções e com as metas a serem atingidas. Algumas medidas foram tomadas com o intuito de melhorar os índices, principalmente no período pós-pandêmico, que foi o momento em que mais se destacaram as perdas na aprendizagem registradas.

No momento da coleta de dados, o resultado do Ideb 2023 ainda não havia sido divulgado, mas posteriormente, a pesquisadora foi informada de que a instituição de ensino já possuía esse dado em mãos, que indicava uma projeção de 6,7, enquanto a instituição alcançou 6,0.

Observe as informações com as projeções extraídas do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Figura 3 - Gráfico Evolução do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).



Fonte (PPP Instituição pesquisada, 2024, p. 09).

Diante dos dados podemos analisar que ao longo dos anos, houve uma evolução significativa. Mesmo que existam dados que comprovem alunos abaixo da média, a escola evoluiu de 4,4 em 2007 para 5,7 em 2021, com projeção de alcançar 6,3 em 2025. Dessa forma, a escola demonstra estar buscando atender às necessidades da comunidade, cumprindo as diretrizes legais e envolvendo toda a comunidade escolar no processo de construção e avaliação constante, a fim de melhorar continuamente a qualidade da educação oferecida aos alunos. Como afirma Luckesi (2005, p. 172):

> [...] a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

À luz do que foi discutido, podemos afirmar que a avaliação não deve ser encarada como um processo isolado. Pereira (2021) destaca que tais resultados precisam ser analisados em conjunto com indicadores qualitativos, evitando reducionismos numéricos. Ela está conectada aos conhecimentos adquiridos, tanto de maneira formal quanto informal, e visa expandir o aprendizado dos alunos. É essencial levar em conta os resultados obtidos para um diagnóstico efetivo e uma intervenção adequada no processo educativo, pois, de acordo com Hoffmann (2008, p. 17), "a avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido pela observação ou investigação a serviço da melhoria da situação avaliada".

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivo, é necessário que haja critérios bem definidos tanto para avaliar a evolução da aprendizagem dos estudantes quanto para analisar as ações desenvolvidas pelos professores. Sem essa conexão entre os dois

âmbitos, corre-se o risco de realizar inúmeras tarefas sem valor formativo significativo, como argumenta Sforni (2004, p. 185).

> A ausência de critérios para a análise da aprendizagem dos alunos traz, conjuntamente, a ausência de critérios para a análise das ações docentes, o que acarreta o desenvolvimento de inúmeras tarefas sem valor formativo [...].

Assim, a fala da autora, se torna um chamado à reflexão sobre a necessidade de estabelecer critérios de avaliação que integrem de forma harmoniosa a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico. Essa integração é fundamental para garantir que as práticas educativas sejam verdadeiramente formativas, promovendo um aprendizado significativo e duradouro. Ao reconhecer a interdependência entre esses aspectos, as instituições podem criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para uma educação de maior qualidade.

Conclusão

O presente artigo, recorte da dissertação de mestrado intitulada Coordenação Pedagógica: uma luz para a qualidade do ensino, evidenciou que a qualidade da educação é um conceito multidimensional, que não pode ser reduzido a indicadores quantitativos. A análise das atas de reuniões pedagógicas mostrou que a coordenação pedagógica desempenha papel estratégico na articulação entre documentos institucionais, legislação educacional e práticas cotidianas, promovendo ambientes colaborativos e inclusivos.

Os resultados revelaram que, embora haja avanços nos índices educacionais, como a evolução do IDEB ao longo dos anos, ainda persistem tensões entre metas projetadas e resultados alcançados. Essa constatação reforça a necessidade de compreender a avaliação como processo contínuo e formativo, capaz de integrar dimensões qualitativas e quantitativas. A coordenação pedagógica, nesse contexto, emerge como liderança fundamental para orientar reflexões e propor estratégias de melhoria contínua.

Outro aspecto relevante foi a identificação de desafios estruturais, como a sobrecarga administrativa da coordenação e a desvalorização docente, que comprometem a efetividade das práticas pedagógicas. Esses fatores confirmam a importância de investir na formação continuada, na valorização profissional e na infraestrutura escolar, elementos indispensáveis para que a gestão pedagógica possa exercer plenamente sua função de liderança e garantir uma educação de excelência.

Conclui-se, portanto, que a coordenação pedagógica é peça-chave na construção de uma cultura escolar positiva e na promoção da qualidade educacional. Ao articular teoria e prática, documentos institucionais e demandas da comunidade, ela contribui para uma educação inclusiva, democrática e transformadora. Recomenda-se que gestores e formuladores de políticas públicas fortaleçam o papel da coordenação pedagógica, assegurando condições de trabalho adequadas e valorização profissional, de modo que a escola possa cumprir sua função social e formar cidadãos críticos e participativos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições Setenta, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

DEMO, Pedro. **Educação e Pesquisa: Uma Introdução à Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

GANDIN, Danilo. **O Projeto Político-Pedagógico**: Uma Construção Coletiva. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

GATTI, Bernadete. **Formação de Professores**: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Papirus, 2018.

GUZZO, Raquel. **Educação e Sociedade**: Uma Visão Crítica. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

HARGREAVES, Andy; FULLAN, Michael. **Professional Capital**: Transforming Teaching in Every School. New York: Teachers College Press, 2020.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem**: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PATTO, Maria Aparecida. **Construção do Saber na Escola: Uma Abordagem Crítica.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

PEREIRA, Ana. **Currículo e Diversidade**: Desafios da Educação Brasileira. Rio de Janeiro:

Editora Fundação Getúlio Vargas, 2020.

PEREIRA, Ana. **Educação e Políticas Públicas**: Desafios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2021.

PEREIRA, Ana; TEIXEIRA, Maria. **Qualidade da Educação**: Reflexões e Propostas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ROCHA, Luiz; SOARES, Marcos; SANABIO, José. **Cultura Escolar e Práticas Pedagógicas.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História da Educação Brasileira**. Campinas: Editora Autores Associados, 2019.

SILVA, João. **Regimento Escolar**: Normas e Práticas. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

SFORNI, Celso. **Avaliação e Aprendizagem**: Uma Perspectiva Crítica. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

Sobre os autores

Marilene da Silva Moura
Mestra em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS) da Universidade Federal do Tocantins – TO.
E-mail: marilene.moura@mail.uft.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5457-6679.

José Lauro Martins
Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Portugal, professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: jlauro@uft.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7817-8165.

Recebido em: 30/05/2025
Aceito para publicação em: 09/09/2026